

Moção Temática: **Mais dados, melhores decisões**

Subscritores: Paulo Cavaleiro, Almiro Moreira e Tiago Correia

“Ad Divita Per Scientian Numeroum”

(Prosperar conhecendo os números)

I - O próximo desafio

O desafio de qualquer município e dos seus autarcas é procurar responder aos anseios das suas populações e ao mesmo tempo ter a capacidade de estar na primeira linha para antecipar e responder ao próximo desafio.

Cada município ou freguesia tem a sua realidade e está inserido numa determinada região que conhece bem e onde se relaciona com muitos agentes locais e também regionais, nacionais, europeus e mundiais.

Todos os territórios devem ter as condições necessárias para desenvolver e responder aos seus desafios prioritários, assentes numa visão estratégica, para a qual devem ser apoiados, mas onde também seja possível “medir” cada vez mais, e com mais detalhe, as diversas ações de gestão que vão tomando.

A diferenciação e a eficácia dos recursos que são utilizados para resolver os problemas, cada vez mais desafiantes na gestão autárquica, vai desenvolver-se por aqui. Os mecanismos, os dados que temos ao nosso dispor para “medir” as nossas ações, e de uma forma positiva e construtiva, podermos ir melhorando e adaptando a relação e a eficácia das diversas iniciativas, que vão sendo tomadas e disponíveis para uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, são já hoje reconhecidas como ferramentas essenciais

As cidades, os concelhos e as regiões que não consigam acompanhar o atual desenvolvimento tecnológico, podem ficar com um défice competitivo durante muitos anos. No entanto, aqueles que consigam agarrar este desafio da inteligência e da inovação vão ser mais capazes, mais eficientes e mais atrativos, e esta proatividade vai fazer a diferença no seu posicionamento futuro.

A aposta em diferentes tecnologias poderá ser um mecanismo para combater as desigualdades do país e os territórios têm de começar a ser construídos pela sua base, que é a infraestrutura digital. Este princípio deve ser assegurado numa lógica de igualdade de oportunidades, todo o território tem que ter a mesma aposta tecnológica, independentemente da rentabilidade que possa existir, e é um

desafio que tem que ter uma resposta eficaz e complementar de todos os atores que têm intervenção no território.

A acessibilidade digital influencia a relação da administração local com os seus cidadãos. As pessoas estão cada vez mais exigentes, querem ter o máximo de informação online, com isso existe mais transparência na forma como os municípios são geridos e aumenta também a interatividade.

As pessoas não querem uma gestão de cima para baixo. Querem participar nas decisões do seu território, ser parte ativa e saber, em cada momento, que opções estão a ser tomadas.

A crescente valorização e importância dos orçamentos participativos, das consultas permanentes e diferenciadoras e a partilha de dados com os cidadãos são disso exemplo.

Na gestão do território temos de ter em conta as diversas realidades de cada comunidade e a forma como se relacionam, procurando perceber e acompanhar as suas dinâmicas, encontrando as melhores respostas para os diversos problemas, sabendo envolver e criar formas inovadoras com os atores da mesma, que são os seus cidadãos.

Quando pensamos no território e na sua gestão não podemos apenas ter em conta quem lá vive, temos de pensar também em quem lá trabalha e na sua dinâmica e na influência que esses intervenientes produzem, mas também temos de ter em conta quem visita o território e com ele interage, nem que seja apenas num momento. É importante que as soluções encontradas para melhorar estas dinâmicas tenham sempre presente a sustentabilidade das ações e o desenvolvimento económico e a coesão social, utilizando de uma forma cada vez mais eficiente os recursos, procurando responder aos novos desafios provocados por diversas questões como é exemplo as alterações climáticas. Mas é de igual forma importante dar resposta à nova realidade e desafios que a pandemia da Covid 19 trouxe para a vida de todos os territórios, e como está a transformar as nossas ações no dia a dia.

Os territórios são as pessoas com a sua criatividade, competitividade e inovação e hoje ainda mais com as diversas novas tecnologias sente-se que estão cada vez mais ligados entre si, através destas novas soluções que tem melhorado a sua qualidade de vida.

O crescimento tecnológico está a gerar cada vez mais informação. Hoje os municípios têm mais dados que são produzidos nas suas mais diversas ações, mas esses dados têm que se encontrar com aqueles que são produzidos pela dinâmica das pessoas, para assim ser possível beneficiar da informação e, desta forma, encontrar novas dinâmicas e plataformas para melhor gerir os territórios.

II - A realidade

O desenvolvimento económico e social do país está hoje muito mais assente nas dinâmicas das regiões, mas sobretudo nas vilas e cidades. É nas cidades que vive a maioria da população portuguesa e mundial. Dentro de 30 anos haverá, em todo o planeta, mais de 10 mil milhões de habitantes, 68% dos

quais a viver em cidades, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), revelados recentemente. Segundo aquela instituição, o desenvolvimento populacional e urbano está já atualmente a criar desafios de sustentabilidade que poderão pôr em causa a satisfação das necessidades dos cidadãos, mas também os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

A realidade que temos pode e deve ser gerida de forma a tentar contrariar esta tendência, mas também com a tecnologia e digitalização de processos devemos procurar soluções para facilitar e adaptar melhor os territórios para esta dinâmica.

A globalização e todas as alterações que a mesma provoca encontram nas localidades mecanismos que começam a fazer a diferença, uma vez que a inovação já não pertence apenas às grandes empresas onde os investimentos eram muito elevados. Hoje os territórios são capazes de criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento mais inteligente e sustentável e as autarquias têm aqui um papel muito relevante.

São cada vez mais e muito diferentes as soluções tecnológicas, mas hoje as pessoas estão também a interagir de forma diferente com o seu território. As preocupações que os cidadãos vão desenvolvendo e criando estão a mudar e sente-se uma atenção maior com o ambiente e a sua sustentabilidade, bem como com outras áreas como a inclusão, a saúde, o bem-estar físico e psicológico, o que faz com que os municípios tenham de procurar e construir novas soluções. Esta interação que o cidadão vai tendo com as diversas componentes do território permitem obter dados que podem ser usados para desenvolver mais mecanismos e novos algoritmos, que por sua vez permitem automatizar sistemas e introduzir assim cada vez mais nova tecnologia que responda ainda melhor àquilo que são as evoluções do ecossistema e possam fazer ainda mais a diferença.

Estas transformações tecnológicas e digitais são cada vez mais estruturantes e ajudam a uma maior eficácia na gestão municipal, com os dados que vão sendo cada vez mais criados.

III - + Smart

Segundo a definição da União Europeia, Smart Cities é um conjunto de sistemas e de pessoas que interagem de forma inteligente usando energia, materiais, serviços e recursos de forma sustentável de forma a beneficiar os cidadãos e os negócios.

Este conceito permite pensar que existe uma ligação entre os cidadãos e os mais diversos sistemas que, com alguma harmonia, vão desenvolvendo a cidade de uma forma sustentável.

O desenvolvimento deste conceito é feito de várias formas e com diferentes meios, que têm que desenvolver pontos comuns e também disponibilizar a informação que produzem. A digitalização em curso deve reforçar a perspetiva das ações que são desenvolvidas e, conseqüentemente, as alterações organizacionais que vão acontecendo devem estar voltadas para as pessoas.

Cada vez mais a reorganização de processos com objetivos de mais eficácia e melhor resposta deve estar assente em factos e dados concretos, que permitam a tomada de boas decisões e o seu acompanhamento e monitorização constante, para que todos os seus ecossistemas possam beneficiar das alterações efetuadas.

Este caminho que todos territórios vão fazendo está alicerçado, muitas vezes, num reforço da relação entre as comunidades, os municípios e as empresas e também com a participação das comunidades educativas e académicas de forma a serem aceleradores de inovação, criando áreas mais capazes para servir melhor a governação, aumentar a qualidade de vida, mas também a criação de riqueza e emprego. É também possível que com estas novas tecnologias, cada vez mais disponíveis, se gerem novos serviços, novas respostas que ainda nem tinham sido pensadas.

A intenção que o atual Governo tinha em maio era, até ao final deste ano, aprovar a estratégia nacional para as smart cities, que pretendia abranger todo o território nacional, bem como ser intersectorial, envolvendo os vários domínios da governação. Com esse documento o Governo pretendia fazer uma radiografia e diagnóstico atual do estado da arte dos projetos que já estão no terreno e desenvolver uma estratégia e um plano de ação integrado. Para isso estipulou um cronograma de trabalho que permitisse chegar ao final do ano com a Estratégia Nacional de Smart Cities aprovada, mas já não vai acontecer.

IV - Concretizar a Visão

Os novos desafios para serem ultrapassados precisam de uma estratégia local de médio/longo prazo que coloque as pessoas e as suas comunidades no centro da ação política. Esta estratégia e a sua planificação deve ser objetiva e capaz de interagir com todos players e responder às mais diversas áreas de ação que um município já tem e que ainda vão aumentar no futuro com as novas competências.

A tecnologia será sempre um acelerador, depois de concretizada esta parte da transformação digital que está a decorrer, mas, até lá, é preciso criar condições para dar resposta às mudanças que estão a transformar a sociedade.

Para que possamos ter esta visão e edificar um território mais inteligente tem que se construir um conjunto de ações que permitam, com base no conhecimento, desenvolver mecanismos para ter dados, e que os mesmos possam estar com uma atualização da informação constante, porque quanto mais inteligência na gestão tivermos mais seremos eficientes.

Existem cada vez mais infraestruturas, equipamentos e sensores, em crescimento exponencial, que materializam a internet das coisas – mais conhecida como Internet of Things (IoT). Atualmente temos redes onde se ligam sensores que comunicam dados, muitos dos quais que já existem há algum tempo, e ainda não tiramos proveito deles para a gestão do território.

Muitas destas redes onde as pessoas se ligam, com acesso, por exemplo, a um smartphone ou um tablet, funcionam como um sensor vivo da cidade, capaz de não só receber, como também fornecer dados. Esta componente de gestão da informação é hoje a alavanca da mudança do modelo de gestão dos territórios, sendo certo que quem tem mais conhecimento do seu território consegue gerir melhor.

V - Pandemia

A pandemia trouxe também a confirmação que os autarcas foram uma peça fundamental na resposta e na adaptação a este novo desafio. Foi preciso em muitos casos reinventar a forma como se governa e gere o território, mantendo a proximidade com as populações. Da saúde ao ensino, da ação social ao comércio, do turismo à cultura e ao desporto foi preciso um grande esforço para manter a coesão dos territórios e não deixar ninguém para trás.

Ficou claro neste contexto que os autarcas que já tinham uma aposta maior na digitalização e na inteligência urbana, com algumas ações concretas no terreno, conseguiram em muitos casos respostas diferenciadoras no combate a esta nova realidade.

A transformação digital que está a acontecer, e tem diversos desafios, muitos dos quais que não são só tecnológicos, são sim de mudança que tem de ser aceite por quem tem capacidade de atuar e sobretudo decidir, têm como exemplo maior a pandemia da Covid 19, que veio acentuar esta realidade. As reuniões online, o teletrabalho, os webinars, as conference calls não tinham mais expressão, não por uma razão tecnológica, mas sim certamente por outro tipo de resistências. A realidade que conhecíamos a este nível vai mudar para sempre e ficamos a saber que muitas coisas que se diziam impossíveis afinal e em muitos casos com a ajuda da tecnologia acabaram por acontecer.

VI - Novos Temas e Novas Soluções

A inteligência e a tecnologia a ela associada estão cada vez mais a permitir uma grande abrangência de áreas mais tradicionais na gestão inteligente do território, com a criação de novas realidades e serviços. Atualmente já existem muitas áreas onde as novas soluções tecnológicas associadas a muita da sensorização do território estão a fazer a diferença como é o caso na iluminação, na educação, na água, nos resíduos, na qualidade do ar, no estacionamento, na mobilidade, nos serviços e nas plataformas e apps que têm sido criadas por toda esta nova dinâmica.

Temas como a governação, a cidade como plataforma, a mobilidade sustentável, a mobilidade suave, a cidade circular, a cidade inclusiva, as redes inteligentes, as comunidades de energia, as alterações climáticas bem como novos conceitos como living lab, realidade virtual e 3D, E-Commerce, happy city, smart tourism, smart water, smart health ou smart cohesion, sempre apostando na melhoria da

qualidade de vida, são dinâmicas que vieram para ficar e têm vindo a fazer crescer os dados que existem, para medir e perceber a sua influência na dinâmica dos territórios.

Muitos tem sido os fóruns, os eventos e a troca de experiências sobre estas áreas e a própria ANMP tem tido aqui um papel muito relevante com a dinâmica que criou em torno do tema das smart cities...

Muitos tem sido os fóruns, os eventos e a troca de experiências sobre estas áreas. A própria ANMP tem tido aqui um papel muito relevante com a dinâmica que criou em torno do tema das smart cities, sobretudo através da sua secção dedicada ao tema, a mais participada da associação. Aqui muitos municípios têm contribuído para diversas iniciativas e troca de experiências, mas também várias propostas para tornar Portugal um país com cidades mais “inteligentes”.

VII - A nova oportunidade para o Futuro dos territórios

O futuro deste caminho que os territórios têm de fazer passa muito pelos instrumentos de financiamento que vão estar disponíveis, para concretizar muitas das mudanças que já estão em funcionamento em alguns locais, mas também muitas outras que é preciso experimentar.

O Portugal 2030 tem nas suas principais opções programáticas (OPI Portugal +Competitivo), previsto na sua proposta inicial do acordo de parceria, uma área de ação importante que reforça a coesão social nos territórios, quando prevê financiar investimentos ligados à expansão das redes de banda larga em áreas de baixa densidade/territórios do interior, reconhecendo que existe fraca conectividade em muitas áreas do país.

Este novo quadro comunitário contempla ainda nesta área o reforço da conectividade na área da educação, complementando a intervenção já prevista no PRR, mas entre outras áreas relevantes surge um setor de digitalização da administração pública local e central, onde está previsto “fomentar o desenvolvimento de smart cities, que proporcionem serviços digitais centrados nas pessoas e interoperáveis em todo o território nacional, e que permitam à administração local acelerar a inovação, otimizar a despesa pública associada e melhorar a tomada de decisão no quadro de uma estratégia nacional para as cidades inteligentes”.

Tendo esta oportunidade inscrita no Portugal 2030, é importante que o apoio que exista para o desenvolvimento de muitas ações não fique apenas pelo financiamento às novas experiências, mas também que apoie o desenvolvimento concreto destas novas oportunidades que as novas soluções e os novos dados podem trazer.

Neste sentido, os ASD devem ter como prioritário que, nos programas de financiamento do Portugal 2030, deve ser garantido o apoio na área da conectividade que permita assegurar a cobertura integral do território nacional com acesso à internet e comunicações de voz. Na área das cidades inteligentes



deve, também, ter um apoio claro e expressivo no financiamento, para que nesta área seja possível a construção de uma estratégia local integrada com a sua região, que permita não apenas projetos experimentais, mas que estas ações possam abranger todo o seu território.

VIII - Conclusão

Nesta moção apresentamos ideias, desafios, e proposta de concretizar uma visão, enquadrada no contexto da Pandemia , com novos temas, novas soluções e uma nova oportunidade para o futuro dos territórios.

Este congresso realiza-se num contexto extraordinário e num momento vital para o nosso País, dentro de menos de dois meses temos eleições legislativas e esperamos que com o voto do Povo o PSD volte a Governar Portugal, é por isso também nossa obrigação contribuir com propostas para que os Autarcas e as Autarquias contribuam de forma decisiva para o futuro do País e para a estratégia que o PSD deve seguir.

Neste sentido, os ASD devem ter como prioritário que, nos programas de financiamento do Portugal 2030, garantir o apoio na área da conectividade que permita assegurar a cobertura integral do território nacional com acesso à internet e comunicações de voz. Na área das cidades inteligentes deve, também, ter um apoio claro e expressivo no financiamento, para que nesta área seja possível a construção de uma estratégia local integrada com a sua região, que permita não apenas projetos experimentais, mas que estas ações possam abranger todo o seu território e contribuirmos assim para um País mais próximo, mais coeso, mais conectado e mais preparado para o Futuro.